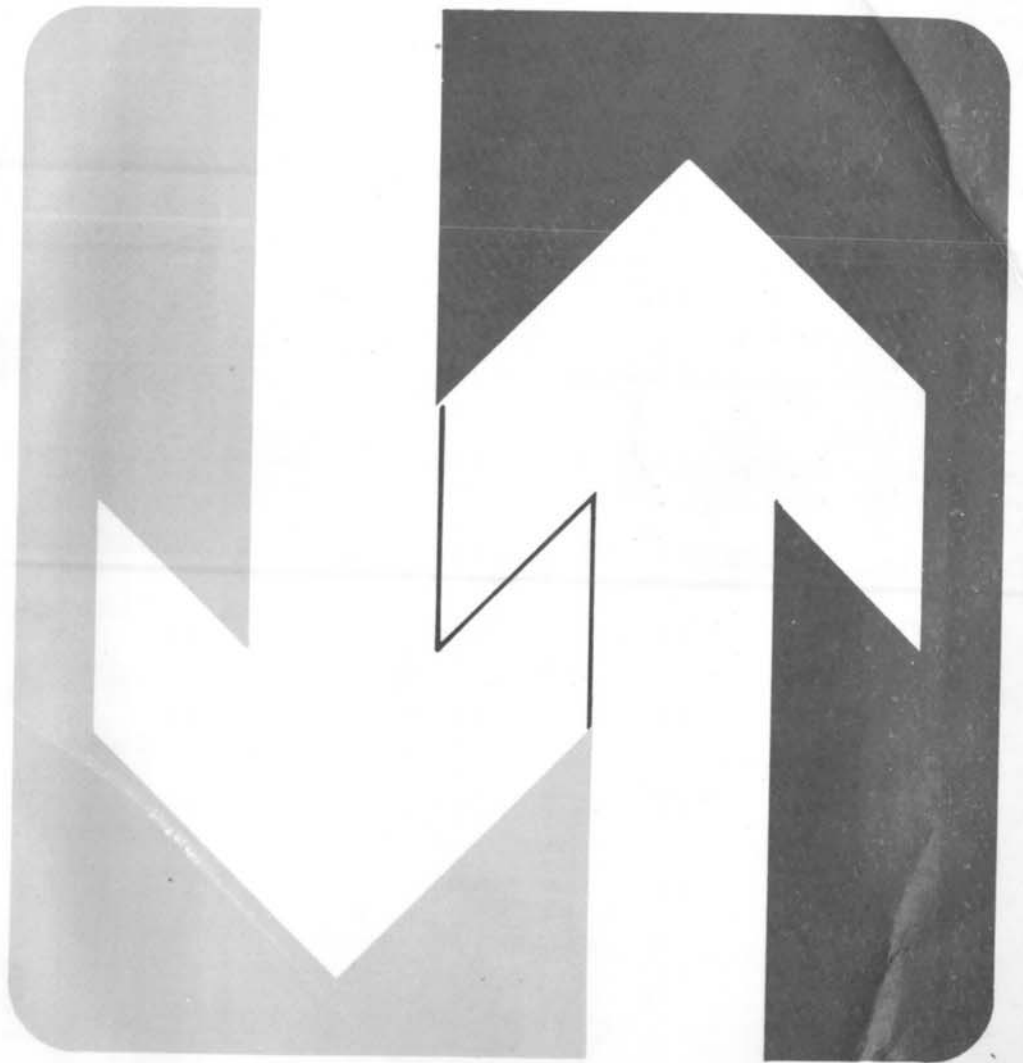


ANAIIS



3º CONGRESSO
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

02

*INFORME SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO
CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DO ARQUIVO
PÚBLICO DE MATO GROSSO*

Vera Iolanda Randazzo

Arquivo da Presidência do Estado

A Resolução n.º 153, de 16 de abril de 1896, assinada pelo Presidente do Estado, Dr. Antônio Corrêa da Costa, diz o seguinte:

– “Autoriza o Executivo dispendir até 5:000\$ (cinco contos de reis) com a organização do arquivo, mediante contrato com pessoa idônea, sob às cláusulas que estabelece a outras que o Governo julgar de utilidade”.

A pessoa idônea convidada para organizar o arquivo foi o Professor de História e Geografia do Liceu Cuiabano, Estêvão de Mendonça que escolheu Antônio Modesto de Melo para auxiliá-lo.

Levou assim dois anos para organizar o período colonial, tendo mandado fazer no latoeiro Pedro Jarcem, latas de folhas de flandres para depositar os documentos em ordem cronológica.

Graças a feliz providência do Chefe do Governo, escolhendo Estêvão de Mendonça, ilustre homem de letras de Mato Grosso que dava o devido valor aos documentos que contam a História, possuímos hoje um acervo considerável, quicá um dos mais importantes do Brasil.

Muitos destes valiosos papéis são verdadeiros rendilhados, mostrando a ação dos cupins e traças, provando que o seu organizador os encontrara jogados em porões ou cantos úmidos e que só mesmo a iniciativa de guardá-los em latas fez com que se interrompesse a sua destruição.

Antônio Modesto de Mello, o auxiliar de Estêvão de Mendonça, era um alfaiate de profissão que fora nomeado para o cargo de Porteiro do Palácio, cargo que na época era uma espécie de relações públicas, e que Antônio Modesto de Mello exercia à perfeição, pois era um homem de cultura, autodidata, tanto que, segundo Rubens de Mendonça, foi um dos fundadores do Instituto Histórico de Mato Grosso. Sua nomeação para Oficial Arquivista foi em 31 de outubro de 1907, até 03 de janeiro de 1910 quando foi nomeado Chefe da Seção de Estatística anexa ao Tesouro do Estado.

O Arquivo situava-se nas dependências do antigo Palácio Alencastro, no mesmo lugar que está hoje a atual sede do Governo.

Estêvão de Mendonça, o primeiro organizador do Arquivo, conta em suas “Memórias de um Cuiabano” escritas em 1942 e só publicadas em parte:

“Dada a importância desse Arquivo e dos documentos nele existentes houve por bem o Dr. Antônio Correa da Costa de me nomear o seu organizador.

Como auxiliar escolhi Antônio Modesto de Mello, arquivista da Secretaria do Governo, e em dois anos de trabalho apenas a parte referente ao período colonial ficou organizada. Mandei fazer no latoeiro Pedro Jarzem umas latas de folhas-de-flandres e nelas depusitei os documentos classificados por ano.

Com a renúncia do Dr. Antônio Correa da Presidência do Estado e agitação política que se deu na Presidência do seu sucessor Cel. Antônio Cesário de Figueiredo não houve mais oportunidade para se tratar do assunto. Seu sucessor foi o Capitão de Mar e Guerra Antônio Pedro Alves de Barros.

Em 1903 foi eleito Presidente do Estado, o Cel. Antônio Paes de Barros, Totó Paes. Ele pretendeu continuar a obra do Dr. Antônio Correa, mas não foi possível. A política estava muito apaixonada.

E assim, ficou a organização do Arquivo paralisada até hoje.”

Relação dos Oficiais Arquivistas da Secretaria da Presidência

1. Virgílio D'Araujo – 1898 a 1907
2. João Lício Borralho – 1899
3. Antônio Modesto de Mello – 1907 a 1910
4. Cesar João de Mattos – 1911 a 1915
5. Humberto da Silva Pereira – 1916 – (meses)
6. Arcílio Pompeu de Barros – 1916 – (meses)
7. Mércio de Mello – 1917 a 1932, sendo que de 1909 a 1916 era ajudante de arquivista.

O Arquivo era subordinado à Secretaria da Presidência até que pelo Decreto Orçamentário n.º 113 de 31 de dezembro de 1931, da Interventoria Federal passou, juntamente com a Biblioteca Pública, criada pelo Decreto n.º 307 de 26 de março de 1912, a denominar-se *Biblioteca e Arquivo Públicos do Estado*.

Foram seus Diretores, desta data em diante:

1. José Joaquim Graciano de Pina Filho – 1932
2. Alexandre Mágnio Addor – 1932 a 1937
3. José Joaquim Graciano de Pina Filho – 1937 a 1942
4. Manoel Soares de Campos – 1942 a 1944
5. Mário Mota – 1945
6. Gervásio Leite – 1945 a 1946
7. Benedito Francisco de Melo – 1946 a 1947
8. Jocelim Leocádio da Rosa – 1947 a 1948
9. Zeferino Pereira Borges – 1948 a 1951
10. Antônio Caetano Fontes da Costa e Silva – 1952 a 1956
11. Zeferino Pereira Borges – 1956 a 1961
12. Nilo Póvoas – 1961 a 1965
13. Arcílio Pompeu de Barros – 1965 a 3-2-1966
14. Benedito Figueiredo – Ato 9-2-1966 a 1969
15. Vera Iolanda Randazzo – 7-3-1969 a julho de 1972

Relação dos arquivistas da Biblioteca e Arquivo Público

1. Laurentino Capistrano da Silva – 1932 a 1934

2. Antócho do Couto – 1935 a 1941

3. José Monteiro da Silva – 1941 a 1960

4. Benedito Bernardino de Figueiredo – 1961 até a presente data, já no Departamento de Documentação e Arquivo onde é atualmente Chefe da Divisão do Arquivo.

Se o regulamento a que se refere o Decreto n.º 5.078 que determina as incumbências dos Arquivistas, fosse cumprido fielmente, estaria o acervo do Arquivo Público de Mato Grosso de tal forma organizado que nada teria que ser feito.

Mas houve, também, as sucessivas mudanças para lugares inadequados e em transportes indem, onde tudo era jogado em cima de caminhões de qualquer jeito, causando dessa forma perdas irreparáveis.

Do Velho Palácio Alencastro, o Arquivo foi levado para a casa n.º 34 da rua Antônio João, de propriedade do Exmo. Rvm.º Sr. Dom. Francisco de Aquino Correa e depois para o prédio onde hoje funciona a Escola Modelo Barão de Melgaço.

Com a criação da Secretaria de Educação e Cultura e Saúde, e precisando o governo do prédio para sua instalação, foi levada uma parte para a casa do Sr. Dr. Wilson Constantino, à rua Antônio João, n.º , juntamente com a Biblioteca Pública e outra parte para as dependências do Departamento de Obras Públicas, prédio na rua 13 de Junho, onde hoje funciona a Imprensa Oficial.

Em 1957, foi feita a transferência da primeira parte para a casa n.º 128 da rua Barão de Melgaço, de propriedade do Sr. Dr. Frederico Vaz de Figueiredo, lá permanecendo pelo espaço de 17 anos.

Disse o Professor Nilo Póvoas, em seu relatório ao Secretário de Educação e Cultura e Saúde, em 1962:

“A casa da Rua Barão de Melgaço n.º 128, em que se acha o Arquivo Público, fora das vistas desta Diretoria, não oferece os requisitos mínimos exigíveis ao fim que o destinaram, além de não suportar todo o seu acervo. Quando para essa casa fizeram a sua mudança, uma pequena parte, por faltar-lhe acomodação, foi atirada a um depósito do Departamento de Obras Públicas, onde ainda se acha por entre as pás, as picaretas, as enxadas e os carrinhos de mão dessa Repartição.”

“Urge, pois, Exmo. Sr. preservar da ação destruidora do tempo, esse precioso acervo documental do nosso passado. Impõe-se a aquisição de caixetas de zinco, em quantidade suficiente, para resguardar esse vasto documentário, inestimável relíquia que nos transmitiram os nossos antepassados, e através dos quais possamos reconstituir a vida do nosso Estado e dos homens que a ela dedicaram o seu esforço e o seu patriotismo”.

Entretanto nada conseguiu e em 1966 o Professor Benedito Figueiredo diz o seguinte em seu relatório anual:

“A casa em que funciona o Arquivo Público não oferece os requisitos exigíveis para o fim a que o destinaram, pois além de se achar localizado em lugar êrmo, sem luz e sem ar, fechadas como se acham as suas portas e janelas por prateleiras e armários, trata-se de uma casa velha, sem forro, úmida, o que a torna imprópria à guarda e conservação do precioso documentário ali existente, muitos já destruídos totalmente pelas traças e cupins e também pela umidade”.

“As constantes mudanças por que tem passado este importante departamento da Administração Pública Estadual têm ocasionado lamentável extravio de documentos valiosos, inclusive livros de escrituração do Tesouro do Estado, autos de importantes litígios de terras em que o Estado é interessado e de inúmeras outras referentes à administração e ao patrimônio histórico do Estado”.

Sobre extravios de documentos, refere-se o General Raul Silveira de Melo em seu livro “História do Forte de Coimbra”:

“Devo deixar consignada aqui a minha estranheza em não encontrar no Arquivo de Cuiabá os documentos originais publicados por vários autores e já do conhecimento público.

“Esses preciosos autógrafos evadiram-se de lá. Não bastaria a esses consulentes que deles se serviram e os divulgaram, tê-los simplesmente copiado, deixando lá os originais? Estão nesse rol as atas de ereção das guarnições da antiga província, documentos originais de Ricardo Franco, Rodrigues do Prado, etc. Muitos destes autógrafos, evadidos de Cuiabá, talvez tenham sido entregues, pelos consulentes que deles se apossaram, a outros arquivos públicos do Rio e dos Estados. Há a considerar ainda, em particular, o “auto” da fundação da Vila Bela, do qual até hoje não fizeram menção os outros matogrossenses. Esse documento, no entanto, existe e foi dado a ler por um amigo a Severiano da Fonseca que o transcreveu no Suplemento do tomo 51 da Revista do Instituto Histórico Brasileiro, ano de 1880”.

Também é necessário fazer constar que o prédio do Arquivo Público, possuindo um amplo quintal com árvores frutíferas, era assediado por crianças durante o dia, que procurando frutas, não poupavam pedradas que iam quebrando telhas e à noite transformava-se em ponto de encontro de vadios e malfeitores e além disso, de uma forma ou outra indigentes esgueiravam-se na calada da noite e forçando as velhas portas e janelas, dormiam por entre os balancetes da Coletoria e jornais antigos do Estado. Chegou a situação a tal ponto que numa sala, passaram a viver dois anciãos, sendo que um paralítico e em outra, uma mendiga, sofrendo das faculdades mentais que afastando os papéis, cozinhava sua parca alimentação num rústico fogão denominado tacuru.

Devido a grande quantidade de ratos a casa passava por mal-assombrada e como não havia luz elétrica, essa pobre gente amedrontada por supostos espíritos, dormia com lamparinas a querosene, acesas a noite toda.

Respondendo, naquela ocasião, pela Diretoria da Biblioteca e Arquivo Público, levamos o caso ao conhecimento do Sr. Secretário de Educação e Cultura, Dr. Gabriel Novis Neves que providenciou o internamento da doente mental em hospital adequado, assim como a saída dos outros “inquilinos” e

pediu ao Sr. Benedito Bernardino de Figueiredo que transferisse sua residência para um anexo, antiga cozinha do prédio que outrora tinha sido residência familiar, embora não oferecesse comodidade alguma, mas como uma tentativa de proteção ao precioso acervo tão abandonado.

O nosso Arquivista acedeu, tendo lá permanecido como guardião do nosso acervo de outubro de 1970 até a mudança do último pacote em agosto de 1973, e quiçá deve-se a ele a inexistência de manchetes na imprensa nacional com a funesta notícia da destruição do Arquivo de Mato Grosso.

Em 1971, o Secretário de Educação e Cultura, Professor Joaquim Alfredo Soares Vianna preocupado com o estado do Arquivo, entrou em entendimento com o Sr. Dr. Mário Neme, Diretor do Museu Paulista que enviou a Professora Maria José Elias, historiógrafa daquela importante instituição e apresentou um relatório, sugerindo, como tarefa inicial, a retirada das caixas com documentos dos séculos XVIII e XIX para São Paulo, onde no Museu Paulista, passariam por desinfecção, restauração, seleção, inventário e microfilmagem, feito o que retornariam a Cuiabá.

Entretanto tal projeto não foi concretizado.

Em novembro de 1972, a Secretaria de Educação e Cultura, numa tentativa de solucionar o problema da falta de espaço na velha casa quase em ruínas, transportou uma parte da documentação para o pavimento superior do prédio onde está instalada a Biblioteca Pública, na rua Cândido Mariano e em baixo, um Cartório.

Outra parte foi para o Centro de Treinamento do Magistério, no Coxipó e outra ainda para um depósito da rua Floriano Peixoto.

O problema, entretanto, continuou pois embora tivessem saído cerca de vinte caminhões, o que restou continuava em péssimas instalações, acrescentando o fato da documentação estar dispersa.

Em janeiro de 1973, o Mensário do Arquivo Nacional publicava o relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Raul do Rêgo Lima, DD. Diretor daquela instituição, pela Professora Wilma Schaefer Correa, Chefe do Serviço de Registro e Assistência, de volta de sua missão em Mato Grosso, e que transcrevemos na íntegra:

“EM CUIABÁ

A viagem a Cuiabá, Mato Grosso, teve por finalidade prestar assistência técnica e realizar um curso de noções de organização de arquivo, no período de 28 de novembro a 3 de dezembro do corrente ano.

O Curso de Arquivo, efetuado na parte da manhã, contou com a participação de 20 alunos, entre funcionários e pessoas contratadas apenas por 30 dias para auxiliarem nos trabalhos de organização do arquivo estadual.

Na realidade, não pôde ser realizado com muito êxito, como vem acontecendo nos outros Estados, pois o nível do pessoal contratado, apesar da boa vontade, não era suficiente para o aproveitamento em tão pouco tempo, pois não tinha prática do serviço público e nem iniciação universitária.

Como a finalidade era preparar o pessoal para a arrumação elementar da documentação que se encontra amontoada, completamente abandonada, alongou-se mais na classificação dos documentos, prevista na organização de

arquivos, segundo os princípios modernos do professor Boulier de Branche para os arquivos oficiais.

A Biblioteca e Arquivo Público do Estado datam de 1895 e o seu acervo é constituído, além de documentos históricos, de grande quantidade de livros e maços do Tesouro, dos Cartórios, dos Tribunais e de todas as repartições do Estado, desde o ano de 1726.

A documentação histórica está guardada em latas, sem técnica de arquivamento, como, por exemplo, caixas com legendas de Guerra do Paraguai na verdade arquivam documentos de vários assuntos.

Antes de qualquer organização, seria necessária a reunião de todo o acervo, pois como se encontra atualmente é impossível promover uma classificação.

O acervo está dividido em dois prédios distantes um do outro, sendo que um foi alugado recentemente, sem adequação para armazenamento de papéis. Ambos os prédios são impróprios, o antigo é uma casa muito velha, quase em ruínas e o outro é uma casa de dois pavimentos, sendo o primeiro ocupado por um cartório e o segundo pela Biblioteca e Arquivo, não comportando nem o material da Biblioteca, e a sua construção não oferece nenhuma segurança.

O Professor Joaquim Alfredo Soares Viana, Secretário de Educação e Cultura, ao solicitar assistência ao Arquivo Nacional já havia apresentado ao Governador do Estado o quadro da situação, pedia o seu apoio e asseverava o seguinte:

Na visita que fizemos ao Arquivo Público, ilustrada com as fotos em anexo, constatamos:

- a) goteiras em várias salas onde estão guardados os materiais;
- b) montanhas de documentos históricos colocados diretamente sobre o piso sem nenhuma proteção;
- c) frágeis prateleiras que vão até o teto ameaçando inclusive uma queda instantânea com resultados imprevisíveis;
- d) completa falta de registros cronológicos dos documentos caracterizada numa mistura que dificulta qualquer tipo de consulta;
- e) inexistência de livro apropriado para registro desses documentos e de seu tombamento;
- f) não há inseticida ou seus derivados para combater os insetos que paulatinamente vêm destruindo o arquivo;
- g) os livros de 1735 estão caindo aos pedaços sendo que algumas folhas já hoje apresentam dificuldades de leitura porque estão semi-destruídas;
- h) sem a mínima segurança e adequação, a casa onde se situa o arquivo permanece freqüentemente fechada, causando umidade e falta de ventilação ao seu interior;
- i) a poeira e conseqüentemente sujeira do ambiente é algo indescritível e, permita-nos, chega a impedir o acesso das pessoas ao local;
- j) sem prateleiras próprias para a guarda de valores históricos, não são poucos os livros e documentos deixados ao abandono.

A impressionante realidade foi verificada pessoalmente pela Chefe do S.R.A. e a impressão que teve foi de que seria impossível realizar qualquer etapa de organização por mais simples que fosse.

Gradativamente, adaptando-se à situação juntamente com o pessoal que a auxiliava, foi planejando e executando tudo que era humanamente possível sem perda de tempo.

Foram tomadas as primeiras providências indispensáveis para o início da organização:

- a) limpeza e arrumação do material;
- b) uso cauteloso de inseticida e seus derivados sem afetar a parte escrita;
- c) separação dos maços e livros por Secretarias, em ordem cronológica;
- d) empacotamento com anotação visível das Secretarias e dos anos;
- e) localização das relações de recolhimento, inventários ou registro dos documentos, para identificação dos papéis que se acham esparsos;
- f) solicitação do regimento e organogramas das Secretarias de Estado para a elaboração de um plano de organização semelhante ao dos Estados de Sergipe e Espírito Santo.

Como se vê, a base para a prestação de assistência técnica está lançada, esperando o Serviço continuar com o trabalho iniciado para cumprir fielmente as resoluções consignadas no Compromisso de Brasília”.

Início da Operação Salvamento do Arquivo em 1973

1972. O Estado de Mato Grosso tem como governante, o proficiente e culto, Exmo. Sr. Dr. José Manoel Fontanillas Fragelli, que pela Lei n.º 3.278 de 13 de novembro, e publicada no Diário Oficial n.º 16.236, cria na estrutura administrativa do Estado, a Secretaria de Administração, que terá a seu cargo a administração geral do pessoal, material e compras, treinamento e seleção, documentação e imprensa oficial.

O Decreto n.º 1.368 de 6 de fevereiro de 1973, publicado no Diário Oficial n.º 16.286 que estrutura a Secretaria de Administração e dá outras providências, diz em seu artigo 13 – parágrafo D que o Arquivo Público passará a denominar-se Departamento de Documentação e Arquivo.

É convidado para exercer o cargo de Secretário de Estado da nova Secretaria, o Exmo. Sr. Dr. Lenine de Campos Póvoas, catedrático de Direito e que sempre exerceu os mais altos postos na administração do Estado.

Em 5 de junho de 1973, pelo Decreto n.º 1.502, é aprovado o Regimento Interno da Secretaria de Administração, fixando, pelo artigo 9.º, as áreas de ação e competência do Departamento de Documentação e Arquivo.

I – Através da Divisão de Documentação:

- a) coligir, ordenar, classificar, guardar e conservar os textos, documentos e elementos estatísticos provenientes dos diversos órgãos do Governo;

- b) organizar e manter atualizado o arquivo de todos os dados e informações relativos aos pronunciamentos feitos pelas autoridades públicas sobre assuntos de interesse do Estado;
- c) compilar, sistematicamente, as notícias e informações de interesse do Governo, publicadas pela imprensa estadual e nacional;
- d) localizar, adquirir, elaborar, catalogar filmes, fotografias, "slides", mapas, gráficos, etc., úteis a projeção, ilustração e divulgação de assuntos de interesse do Estado e do Governo;
- e) organizar catálogos, fichários e índices, devidamente atualizados, de todo o material preparado para divulgação.

II – Através da Divisão de Arquivo:

- a) guardar, conservar e restaurar documentos históricos, mantê-los devidamente classificados e organizar o respectivo fichário;
- b) guardar, conservar, restaurar, catalogar e classificar documentos provenientes dos diversos órgãos do Governo que, segundo o critério daquelas Unidades, já não constituem fonte de consulta constante;
- c) manter organizado o respectivo fichário.

Em junho de 1973, tivemos a honra de ser convidados pelo Excelentíssimo Senhor Secretário, para responder pela Diretoria deste Departamento de Documentação cargo que prazerosamente aceitamos, interrompendo o gozo de licença para tratamento de interesse particular concedida em setembro de 1972. Possuíamos a certeza de que sob a direção do dinâmico e culto Dr. Lenine de Campos Póvoas, poderia ser salvo o inestimável patrimônio histórico e administrativo de Mato Grosso, e que seria atendido o apelo dos ilustres Diretores, que tinham sido nossos superiores e que tínhamos tido a honra de substituir.

Encontramos este patrimônio constituído de montanhas de documentos indo diretamente do piso até as telhas, estas apoiadas em caibros roliços infestados de cupins.

As estantes que existiam estavam quebradas ou arriadas ao peso dos livros e pacotes que através dos anos eram enviados das diversas Secretarias, muitas vezes sem relação alguma e literalmente jogados de caminhões, com o mesmo descaso que se dá ao lixo.

Ao remover todo este material, muitos papéis, talvez preciosos, estavam reduzidos a uma massa disforme, misturados a insetos, larvas, calíça e a poeira de vários lustros.

Aranhas caranguejeiras, ratos, sapos e até cobras faziam com que o trabalho da remoção desta documentação não fosse monótono.

Levamos dois meses para empacotar a documentação esparsa e limpar os livros que seriam transportados, com muito cuidado para a nova sede, a Rua Dr. Arnaldo de Mattos, nº 56, prédio amplo, novo e forrado, uma das primeiras providências que o Dr. Lenine de Campos Póvoas tomou com relação ao Arquivo.

Devemos dizer que as duas primeiras salas do antigo Arquivo Público eram as únicas forradas e um tanto arejadas, pois as janelas abriam para a rua e assim conservaram em melhor estado, numa as caixetas de folhas-de-flandres que Estêvão de Mendonça mandara fazer e na outra os Livros-folhas de

Pagamento do Tesouro do Estado, num total de mais de 600 e dos quais o Sr. Arquivista, Benedito Bernardino de Figueiredo extraía certidões para fins funcionais.

Quarenta viagens em caminhões transportaram o material que estava espalhado nos quatro pontos cardiais, sendo que de alguns lugares, veio tudo solto, jogado que fora pelas janelas. O que estava no CTM, tinha passado por verdadeiras peripécias, pois na infeliz idéia de mudança em 1972, parte da documentação ocupando oito caminhões foi levada ao Departamento Ação Social Arquidiocesana, e, após um mês a Direção daquele Departamento, mandou tudo de volta, indo então para o Coxipó, de onde a retiramos.

Assim que reunimos toda a documentação, Sua Excelência o Senhor Secretário de Administração, enviou-nos ao Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, onde pelo espaço de dez dias estagiamos sob a direção do seu eminente Diretor, Dr. Raul do Rêgo Lima que manifestou grande satisfação ao tomar conhecimento de que o Governo de Mato Grosso estava vivamente interessado em organizar o Departamento de Documentação e Arquivo, inclusive transportando o seu acervo para um novo e moderno prédio.

Frisando que Mato Grosso, através da Secretaria de Administração, cumpria as determinações do Governo Federal que deseja conscientizar os brasileiros da necessidade de conservar os documentos que fazem e continuarão a fazer a nossa História, encaminhou-nos a Professora Wilma Schaefer Corrêa, Chefe do Serviço de Registro e Assistência, e que, anteriormente aqui estivera, conforme relatório já transcrito. A ilustre professora levou-nos aos vários Departamentos, Laboratórios e galerias onde são catalogados, fechados, microfilmados, empacotados ou sofrem desinfestação e restauração, antes de serem guardados em caixetas, todos os documentos que fazem o acervo cultural do Brasil, lá arquivados.

Participamos também a convite do Dr. Raul Lima, da Mesa Redonda promovida pela Associação dos Arquivistas Brasileiros sobre Avaliação de Documentos de valor Histórico.

Voltamos então, com uma visão do que deveríamos fazer e com a promessa da doação de duas a seis mil caixas de lata para o nosso Departamento de Documentação e Arquivo.

Assim, iniciamos o trabalho, nas seguintes etapas:

- 1 – Separação dos documentos em fundos de Secretarias e em ordem cronológica, amarrando-os em maços.
- 2 – Separação dos livros das coletorias, dos cartórios, do tesouro e dos diferentes órgãos.
- 3 – Preparação dos Diários Oficiais, relatórios, mensagens de Governo, periódicos e jornais para encadernação.
- 4 – Revisão das 581 latas de Estêvão de Mendonça.
- 5 – Restauração dos livros separados.
- 6 – Leitura dos documentos do século XVIII.
- 7 – Desinfestação dos livros, com pinceladas de inseticida.

Estado atual do Departamento de Documentação e Arquivo

Mato Grosso está sendo governado desde 15 de março de 1975 pelo Exmo. Sr. Dr. José Garcia Neto e para dirigir a Secretaria de Administração, escolheu o Exmo. Sr. Dr. José Ferreira de Freitas que dedicou ao Departamento de Documentação e Arquivo, uma de suas primeiras providências: a transferência para o Centro Político Administrativo, obras ainda em acabamento, mas em fase de implantação urgentíssima.

Assim, tendo sido concluído o bloco que iria servir para a custódia dos documentos ou seja, para o Arquivo Geral, foi feita a que seja talvez a última mudança, tendo sido levada em 55 viagens e pelo espaço de 5 dias, toda a documentação, as latas e o mobiliário já acrescido de 250 estantes de aço.

O Arquivo Geral é um recinto de 624 metros quadrados, sendo 48 m de comprimento por 13 m de largura, com 84 janelas e 33 bicos de lâmpadas. Com espaço suficiente num prédio limpo e arejado, assim mesmo árduo foi o trabalho desta nova mudança, pois mesmo o que estava já empacotado foi parcialmente desfeito e as centenas de livros ficaram outra vez amontoados e em desordem.

Mas pouco a pouco, graças à cooperação dos dedicados funcionários deste Arquivo, foram as estantes arrumadas e as toneladas de papel se transformando em maços de Documentos ordenados ou livros que mostram com suas etiquetas, pertencerem às Coletorias, aos Cartórios ou ao Tesouro.

No dia 11 de fevereiro do corrente ano foi este Departamento de Documentação e Arquivo, visitado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Dr. José Garcia Neto que acompanhado pelo Senhor Secretário de Administração e mais autoridades, observou nossa documentação guardada em ordem cronológica nas caixetas e teve oportunidade de manusear os livros de registros de Alvarás reais desde 1702 bem como os exemplares de jornais que possuímos desde 1847, formando uma hemeroteca de 94 títulos.

Disse na ocasião que devemos tomar providências para promover exposições dos documentos a fim de fazer divulgação dos heróicos fatos históricos de Mato Grosso. Outra medida de muita importância, foi no sentido que seja implantado o serviço de microfilmagem, conforme nota divulgada pelo SEDIMAT em 03-03-76 que diz o seguinte:

“Estudos estão sendo feitos para apreciação do Governador Garcia Neto no sentido de estabelecer, no futuro, o sistema de microfilmagem de toda a documentação, transformando-o de arquivo morto em arquivo vivo e num órgão real de consultas”.

O que foi feito em 1976

- 1 Foi concedida autorização pelo Senhor Secretário, Dr. José Ferreira de Freitas para encadernação de 250 volumes constando de Jornais da

Imprensa Oficial, Mensagens Governamentais e Relatórios Diversos, sendo que muitos destes volumes são do século XIX.

- 2 – Outra medida importante foi a tomada para proteção do precioso acervo quanto à terrível hipótese de um incêndio que poderia destruir a Memória de Mato Grosso. Assim pedimos a orientação do Corpo de Bombeiros através do Ofício n.º 98/76 DDA, que prontamente colaborou, efetuando o levantamento das nossas dependências para ver suas reais necessidades e em seguida o Senhor Comandante, Capitão Amylton de Sá Corrêa, enviou o Laudo de Prevenção que tendo sido apresentado ao Senhor Secretário, imediatamente mandou que tomassem as medidas necessárias para a aquisição dos extintores.
- 3 – Foram separados por municípios, os livros das Coletorias de Mato Grosso, encontrando-se 5.220, dos quais foi feita uma relação com as datas respectivas de cada volume.
Livro de Coletoria mais antigo: 1815 – Cuiabá e Poconé.
- 4 – Foram encontradas, entre a papelada suja e cheia de detritos, verdadeiras preciosidades como 29 livros de registros de correspondência dos Capitães Gerais do Século XVIII, dos trabalhos de demarcações para o Tratado de Santo Ildefonso ao tempo de Luiz de Albuquerque e Mello Pereira e Caceres, além de livros de Alvarás e provisões reais e de Registros de Patentes.
- 5 – Depois de limpos e desinfestados, foram relacionados com breves indicações quanto à data do primeiro registro e do último. Verificamos na prática que estávamos incorrendo em erro ao classificá-los pelos termos de abertura e encerramento, pois esses eram lavrados em Lisboa, sendo não raro, utilizados muitos anos mais tarde e para um fim diverso do mencionado no termo.
- 6 – Também estão sendo relacionados os livros de registros do século XIX, tendo sido encontrados 168 volumes entre os quais citamos os de Decretos, Correspondência e Ofícios do Expediente do Governo, do Arsenal de Guerra das Câmaras Municipais, de Títulos e Patentes, de Avisos do Ministério do Império, etc.
- 7 – Recebemos em fins de dezembro de 1975, material do arquivo da Secretaria da Fazenda composto de 1.230 balancetes das Extorias Estaduais referentes aos anos de 1952 a 1966, que já foram empacotados e etiquetados.
- 8 – Atualmente estamos recebendo nova remessa de balancetes que desta vez estão sendo guardados em caixas de papelão, nas quais são colocadas etiquetas elucidativas do seu conteúdo, havendo já 2.500 prontas. Estes balancetes referem-se a 1967 em diante.
- 9 – Estão sendo providos de índices, os livros-folhas de pagamento do Tesouro que são constantemente usados para colher dados a fim de passar certidões funcionais. Foram feitos 160 índices.
- 10 – Localizou-se toda a documentação necessária à *Comissão do Estudo de Fronteiras, para exame de questão de limites entre os Estados de Mato Grosso – Goiás*, com peças originais desde 1753 até o Laudo Arbitral

de 1920 e que tinha sido considerada perdida ou destruída há muitos anos.

- 11 – Foi concluída a catalogação dos volumes, recentemente encadernados da Imprensa Oficial, de 1910, fazendo-se fichas mensais com a numeração e as observações necessárias quanto a erros de impressão ou falta do periódico. Iniciou-se o mesmo com relação aos números anteriores a 1910.
- 12 – Vamos iniciar o Registro Geral do Departamento de Documentação e Arquivo.
- 13 – Prepara-se material para elaboração do catálogo do Departamento de Documentação e Arquivo e de uma revista que servirá para a divulgação das nossas Fontes Primárias.

Como é o Departamento de Documentação e Arquivo

Recebemos ótimas instalações para a Diretoria, com muita iluminação direta, tendo um dos lados inteiramente envidraçado, mobiliado com móveis Teperman, divisões por módulos, ar refrigerado e luz fria.

Nesta parte está a documentação que vai até o início da República, guardada em caixetas sobre estantes de aço, bem como os livros de Registros dos séculos XVIII e XIX, mensagens governamentais, obras especializadas em Mato Grosso e as coleções de jornais encadernados.

No Arquivo Geral, que é uma dependência separada, localizam-se as estantes com os livros-folhas de pagamentos do Tesouro do Estado, os livros das Coletorias e os balancetes já arrumados.

Também é o lugar de trabalho mais intenso, pois continuamos com muita documentação extremamente misturada e há que ordená-la, empacotá-la e etiquetá-la, a fim de deixá-la em condições para ser separada por Fundos das diversas Secretarias ou outros Órgãos.

Devemos considerar que embora apresentando algumas deficiências, que aos poucos vão sendo sanadas, grande é a nossa satisfação por estar o Departamento de Documentação e Arquivo situado em suas dependências próprias e sob as vistas e a atenção direta do Exmo. Sr. Secretário de Administração sempre atento a todas as suas necessidades ou problemas. Também tranqüilo e calmo é o lugar onde localiza-se, no Centro Político e Administrativo, por entre um parque de cerrado natural, à beira de um belo lago, tendo ao longe como moldura, de um lado, a cidade de Cuiabá com suas casas antigas, igrejas coloniais e largas avenidas pontilhadas por edifícios de quinze a vinte andares, e de outro lado, o azul e rosa da Chapada dos Guimarães, onde brilham, à luz solar, as torres da Embratel!